

Surtos e Ciclos Econômicos de Parintins (AM): Condicionantes à sua Organização Sócio-espacial e Estruturação Urbana

Economic Cycles and Surges in Parintins: Historical Change in Socio-spatial Organization and Urban Structure

Bertha Koiffmann Beckerⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Amanda Cavaliere Limaⁱⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O presente artigo aborda os resultados de esforços de uma pesquisa a respeito da história econômica e do processo de urbanização e das implicações geográficas a respeito de uma cidade amazônica. A ocupação da região amazônica teve como uma das particularidades em relação a outras porções do território latino-americano o fato de se dar por meio de surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, sempre por iniciativas externas, seguidos de longos períodos de estagnação. Desde os primórdios de sua ocupação, com o povoamento agroextrativo, até alcançar, nos dias atuais, o patamar de cidade de atração de fluxo turístico cultural (sobretudo devido ao seu Festival Folclórico), Parintins (AM) atravessou, em seu processo de formação territorial e organização socioespacial, diferentes momentos de crescimento e declínio demográfico relacionados aos avanços e retrocessos de suas atividades econômicas locais. Constituída como uma ilha, ora com base na várzea, ora em terra firme, diferentes formas de trabalho humano foram empregadas, envolvendo uma mão de obra diversificada, de distintas origens e tendo sua produção proveniente de demandas das mais variadas escalas.

Palavras-chave: Ocupação territorial; Crescimento demográfico; Surtos econômicos; Urbanização; Parintins (AM).

Abstract: This article treats the economic history and the process of urbanization in an Amazonian city. Differently from other regions in Latin American, the occupation of the Amazon region involved specific processes of the short-lived surge of an export product induced externally followed by a long period of economic stagnation before the rise of another export product. Since the first colonial occupation of the Amazon, Parintins (Amazonas State) passed through different phases of territorial and socio-spatial

ⁱ Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências.

ⁱⁱ Mestranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia. amandacavaliere.geo@gmail.com.

organization characterized by the advance and collapse local economic activities. Settlement followed an agricultural and collecting pattern until attaining today's citybased on cultural tourism, the most important event being the Folklore Festival. Located on an island combining floodplain and off-floodplain land use systems, a diversified division of labor arose over time employing workers from different regional origins to meet demand arising from different scales.

Keywords: Territorial occupation; Demographic growth; Economic surges; Urbanization; Parintins (Amazonas State).

Introdução

A cidade de Parintins apresenta originalidade no contexto histórico da Amazônia em decorrência, sobretudo, de seu sítio e posição geográficos.

Localiza-se no município de mesmo nome, domínio anfibio em pleno rio Amazonas constituído por uma ilha – onde se encontra a sede do município –, por uma área continental com florestas de várzea e de terra firme, bem como por lagos, ilhotas e pequena serra. Sua posição na grande via fluvial na fronteira dos estados do Amazonas e Pará, a meio caminho de Manaus e Santarém, das quais dista respectivamente 420 km e 380 km (Figura 1), garantiu-lhe a existência como entreposto comercial, ao mesmo tempo em que ofuscou seu crescimento.

Embora participando dos grandes eventos da história amazônica, em virtude de sua geografia a área de Parintins não teve um surto econômico explorando a borracha, embora esta tenha influído indiretamente no seu crescimento. A cidade cresceu com base em outras atividades econômicas – ora na várzea, ora na terra firme –, que lhe conferem originalidade até os dias de hoje. Foram, sobretudo, longos ciclos econômicos, como os do cacau e da pecuária, e apenas dois curtos surtos, da juta e do pau-rosa.

Parintins, com 102.945 habitantes (2011), é hoje o segundo maior município do estado do Amazonas em termos de população, ficando atrás apenas da capital Manaus, mas com imensa diferença. A maior parte de sua população (mais de 70%) concentra-se no centro urbano.

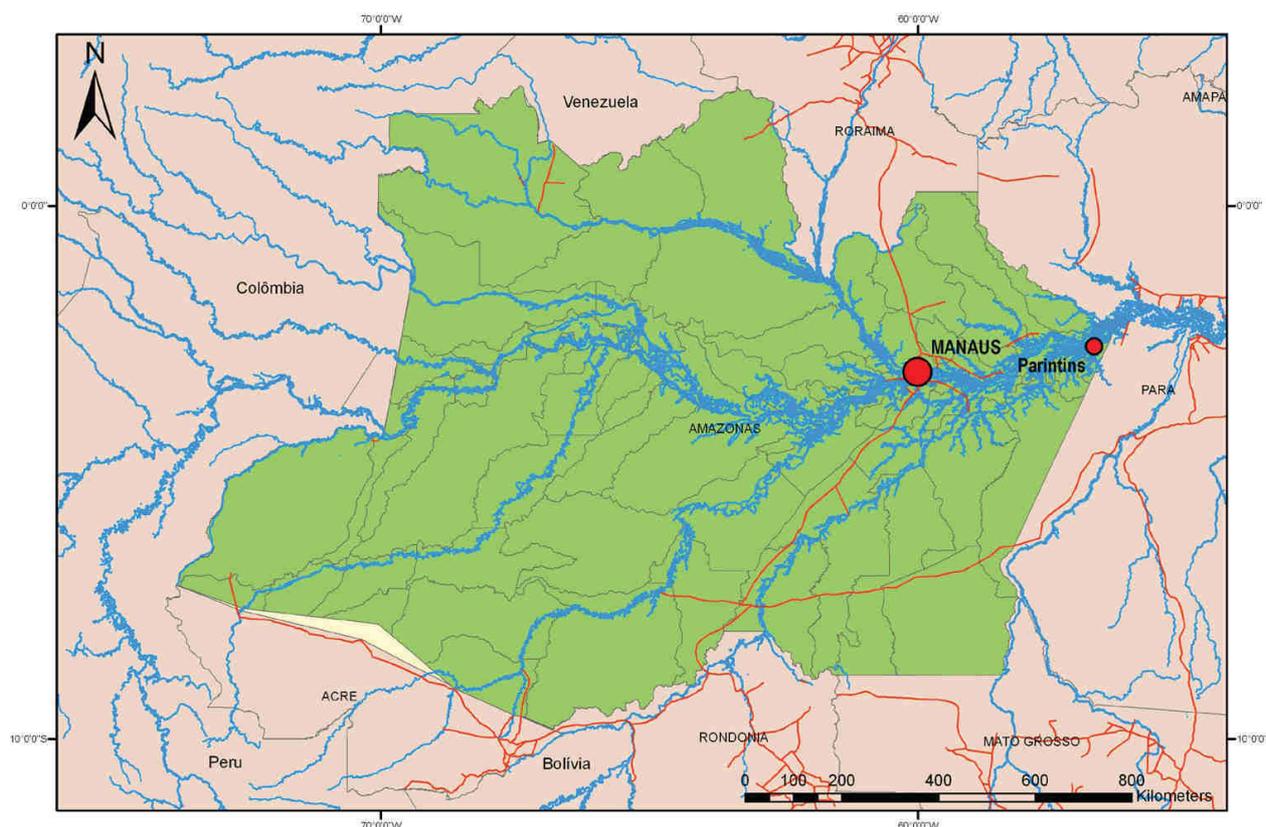


Figura 1 – Localização de Parintins no estado do Amazonas.

Elaboração cartográfica: Amanda Cavaliere Lima e Luis Paulo Batista (2008).

Os Longos Ciclos Econômicos

Um povoamento agroextrativo – surto e ciclo cacaeiro

O povoamento de Parintins foi ainda mais tardio que o de Manaus. Parintins foi descoberta nas explorações portuguesas graças à grande extensão da ilha, que se sobressaía à margem direita do rio Amazonas. Na ilha estavam localizadas as tribos Sapupés e Maués (BITTECOURT, 2001; SAUNIER, 2003). As missões religiosas vieram para catequizar os indígenas, explorar as drogas do sertão, beneficiando-se da presença dessa mão de obra nativa e do comércio crescente na região do Baixo Amazonas, mas sem grandes conseqüências.

Somente no final do século XVIII o capitão de milícias José Pedro Cordovil, unido a agregados e escravos, aportou, em 1796, na ilha denominada de Tupinambarana (BITTECOURT, 2001), dotada de posição e sítio geográficos estratégicos. Aproveitando-se da ausência de controle, fez dali um sítio particular, incentivando a dedicação à pesca, sobretudo do pirarucu, e o plantio de cacau, que provavelmente já era coletado nas missões religiosas.

Segundo Bittencourt (op cit.), com a implantação e primazia da agricultura, Cordovil transformou a localidade num grande centro de lavoura com extensas plantações de cacau. Além dos grandes cacauais, cultivava-se o tabaco, o guaraná e a maniva, de cujas raízes fazia-se a farinha de mandioca. Porém todos esses produtos continuaram secundários na economia de Parintins. A lavoura de Tupinambarana produtora de cacau tornou-se o núcleo inicial que mais tarde transformar-se-ia em vila, até chegar à concentração da

cidade de Parintins. O cacau gerou fortunas aos coronéis e atraiu pessoas de toda parte, como portugueses, franceses e judeus que residiam em outras localidades e moradores dos arredores da atual Parintins (SAUNIER, 2003).

O povoamento da área de Parintins confirma, assim, a periodização do crescimento econômico regional realizada por Roberto Santos (1980), em que o século XVIII na Amazônia contextualiza-se no chamado “ciclo agrícola”. Desde o século XVII, o chocolate figurava como produto fino, junto do café e do chá, e era demandado no mercado europeu. O cacau amazônico produzido expressivamente em termos de peso foi a droga do sertão que impulsionou a maior regularidade no transporte marítimo para a região, pois no princípio do século XVIII apenas um ou dois navios por ano tocavam o porto de Belém. Tornando-se o principal produto exportável, o cacau representou o eixo da economia regional nesse período, ainda que esta economia não tivesse solidez, sendo dependente dos acasos de mercado.

Segundo Homma (2007), durante o Brasil Colônia, as ações antrópicas nas várzeas amazônicas estavam associadas ao cultivo semiextrativo do cacau, ainda que de forma esparsa e sem proporcionar sua efetiva valorização e ocupação.

Nesse contexto, poder-se-ia identificar o cacau como a atividade que gerou o primeiro surto econômico de Parintins. Embora Santos (op. cit.) aponte para uma atividade possivelmente apenas extrativa, Bittencourt (2001) atesta que as grandes plantações de cacau realizadas por Cordovil tornaram o município de Parintins um grande centro de lavoura, havendo, assim, alguma transformação primária, empregando muito trabalho utilizando mão de obra indígena e escrava negra africana. Tendo em vista que o cacau se desenvolve melhor em várzeas de rios ricos em sedimentos, é possível conjecturar que tenha sido não só coletado como cultivado, aproveitando as ricas várzeas do rio Amazonas.

Outras atividades econômicas também eram realizadas, como o cultivo do tabaco, de pequenos cafeeis e o plantio do guaraná, a preparação do fumo e a fabricação da farinha de mandioca. Os fluxos mais intensos do cacau levaram à melhor organização da armazenagem, que até então causava estrago nos produtos devido ao tempo de espera por embarcações para exportação.

De acordo com dados do Governo do Amazonas, Tupinambarana foi elevada à categoria de Missão Religiosa em 1803 pelo capitão-mor do Pará, Conde dos Arcos, que incumbiu sua direção ao carmelita Frei José das Chagas. Agora com a denominação de Vila Nova da Rainha, contando com a eficiente atuação de Frei José, ali foi gerado um surto de progresso e desenvolvimento, mediante a organização da Comarca do Alto Amazonas. A população local chegava a aproximadamente 1700 habitantes, que se ocupavam nos fabricos do tabaco e outros plantios (BITTENCOURT, 2001).

Com o Brasil independente, tornou-se freguesia de Tupinambarana em 1832, alcançando uma população de 3.048 habitantes um ano depois. Em 1852, elevada à categoria de vila e município, a denominada Vila Bela da Imperatriz passou a ter controle sobre a coleta de dízimo e de meio dízimo sobre produtos exportados para evitar a grande perda da renda gerada pelos produtos exportáveis devido ao contrabando.

O Cônego Bernardino de Souza escreveu sobre o desfalque das rendas da província. Grande parte dos gêneros sujeitos a direitos de exportação saíam por contrabando, rea-

lizado em pequenas canoas para o porto de Óbidos, no Pará, de onde era baldeada para os vapores. Dessa forma, ao diminuir a exportação de Vila Bela da Imperatriz, aumentou a de Óbidos, culminando com exportações do município por esta última de gêneros que não possuía, como, por exemplo, o guaraná. O contrabando também era realizado pelos vapores, que faziam viagens diretas do Madeira para Belém do Pará, sem tocar em Manaus, Itacoatiara e Vila Bela da Imperatriz, passando pelo paraná do Ramos e do Espírito Santo, onde recebiam cacau e outros gêneros sujeitos a direitos de exportação (ibidem).

Assim, os dados estatísticos fornecidos pela repartio fiscal a respeito das exportações de Vila Bela da Imperatriz camuflam a realidade e obscurecem o momento exato do declínio dessa atividade.

Apenas em 1880 a sede municipal recebe foros de cidade e passa a denominar-se Parintins. Mas, como se v, a institucionalizao do controle do território após a independência contribuiu, portanto, para o crescimento da cidade.

Tal elevao de *status* se insere também no âmbito do auge do ciclo da borracha. Embora não se envolvendo naquela explorao, Parintins recebeu dela impactos indiretos. A cidade beneficiou-se da intensa conexão entre o interior rural, a rede regional de cidades comerciais próximas e os centros de Belém e Manaus, tornando-se importante entreposto comercial, inclusive de gado. Enquanto a região amazônica foi verdadeiramente incorporada aos negócios brasileiros e internacionais através do *boom* da borracha de meados para o final do século XIX, com todas as atenoes voltadas para a extrao do látex, houve uma maciça chegada de migrantes na região, sobretudo nordestinos, acompanhados da introduo da pecuária. Nesse contexto, migrantes maranhenses trouxeram a Parintins a cultura do boi-bumb.

Com a desvalorizao da borracha, seus prejuízos foram muito menores, se comparados com os de outras áreas amazônicas, pois a populao empregava-se em outros serviços, graças à diversificao de atividades. Não houve xodo, e a depreciao da borracha animou novas atividades (ibidem).

Tonzinho Saunier (2003) afirma que o pirarucu tornou-se o primeiro produto de exportao de Parintins durante os anos de 1917 e 1922, suplantando todos os demais e constituindo-se o produto que mais canalizava impostos para o Amazonas no início do século XX. Sua pesca é significativa até hoje, sendo este peixe uma das principais atraoes gastronmicas da cidade de Parintins.

No entanto, conforme se pode observar nas tabelas a seguir, nos anos de 1917 e 1919 o cacau sobrepujou o pirarucu em valores de exportao, e nos anos de 1917, 1918, 1919 e 1921, em quantidade (kg) exportada, demonstrando que tal atividade não cessara, tendo mesmo um pico de exportao devido  guerra de 1914-1918, seguido de forte declínio.

Tabela 1 – Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1917.

Unidade	Quantidade	Qualidade	Valores	
			Official	Imposto
Kilos	3.339	Borracha fina	17.106\$900	2.266\$033
Kilos	11.878	Sernamby	32.260\$630	4.839\$092
Hectolitros	5.266	Castanha	106.017\$808	15.902\$671
Kilos	8.139	Guaraná	55.524\$000	5.552\$400
Kilos	613.975	Cacáo	425.103\$600	21.255\$180
Kilos	183.681	Pirarucú	178.116\$700	17.811\$670
Kilos	1.063	Couros de veado	1.456\$800	145\$680
Kilos	15	Couros de capivara	60\$000	6\$000
Kilos	250	Caferana	75\$000	7\$500
Kilos	1.778	Cumarú	1.342\$400	134\$240
Palmos	10,80	Tóros de itaúba	6\$480	\$648
Kilos	5.992	Oleo de copahyba	9.587\$200	958\$720
Kilos	4.425,50	Couros de boi	4.846\$800	484\$680
Kilos	700	Muyrapuama	7.000\$000	70\$000
Kilos	15	Azeite vegetal	7\$500	\$750
Kilos	170	Peixe salgado	119\$000	11\$900
Lata	1	Mixira	16\$000	1\$600
Kilos	20	Pelles de cobra	8\$000	\$800
Kilos	153	Carne salgada	107\$100	10\$710
TOTAL				69.760\$276

Fonte: Meza de Rendas de Parintins (apud BITTENCOURT, 2001).

Tabela 2 – Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1918.

Unidade	Quantidade	Qualidade	Valores	
			Official	Imposto
Kilos	3.800	Borracha fina	13.205\$000	528\$200
Kilos	250	Sernamby	497\$500	19\$900
Kilos	2.868	Borracha fina	10.004\$440	1.000\$443
Kilos	7.656	Sernamby	16.060\$910	1.606\$091
Kilos	22.511	Sernamby de caucho	48.173\$540	4.817\$654
Kilos	44	Caucho	44\$000	4\$400
Hectolitros	944	Castanha	23.762\$530	2.851\$502
Kilos	210.674	Pirarucú	247.552\$100	24.755\$210
Kilos	263.434	Caçã	156.301\$200	7.815\$060
Kilos	3.509	Guaraná.	32.825\$000	1.641\$250
Kilos	7.284	Óleo de copahyba	15.996\$200	1.599\$620
Kilos	275	Cumará	230\$400	23\$040
Kilos	90	Caferana	90\$000	9\$000
Kilos	100	Abutua	100\$000	10\$000
Kilos	1.450	Muyrapuama	435\$000	43\$500
Kilos	15	Huaiscima	3\$000	\$300
Kilos	60	Sebo	36\$000	3\$600
Kilos	10.315	Couros	11.000\$200	1.650\$050
Metros	536,80	Táboas de cedro	214\$720	21\$471
Kilos	400	Vassoura de cipó	90\$000	9\$000
TOTAL			48.408\$972	

Fonte: Meza de Rendas de Parintins (apud BITTENCOURT, 2001).

Tabela 3 – Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1919.

Unidade	Quantidade	Qualidade	Valores	
			Official	Imposto
Kilogrm.	5.951	Borracha fina	21.698\$100	2.169\$810
Kilogrm.	3.833	Sernamby	7.402\$390	740\$239
Kilogrm.	9.400	Sernamby de caucho	19.975\$000	1.997\$500
Hectolitros	4.575,50	Castanha	119.896\$905	14.387\$626
Kilogrm.	178.471	Pirarucú	251.715\$100	25.171\$510
Kilogrm.	45	Peixe secco	22\$500	2\$250
Kilogrm.	595.154	Cação	574.466\$800	28.723\$310
Kilogrm.	2.814	Guaraná	28.440\$000	1.422\$000
Kilogrm.	4.006	Oleo de copahyba	6.536\$400	653\$640
Kilogrm.	2.056	Cumarú	1.691\$800	169\$180
Kilogrm.	300	Carne salgada	240\$000	24\$000
Kilogrm.	93	Huaiscima	45\$000	4\$500
Kilogrm.	620,50	Couros de veado	1.501\$850	225\$277
Kilogrm.	7.701	Couros de boi (secco)	10.882\$800	1.632\$420
Kilogrm.	1.506	Couros de boi (verde)	2.710\$800	406\$620
Kilogrm.	130	Cascas (amostras)	----	----
----	120	Gado vaccum em pé	----	1.800\$000
----	1	Gado de outra espécie	----	2\$000
TOTAL			1.047.225\$445	79.531\$912

Fonte: Meza de Rendas de Parintins (apud BITTENCOURT, 2001).

Tabela 4 – Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1920.

Unidade	Quantidade	Qualidade	Valores	
			Official	Imposto
Kilos	3.728	Borracha fina	9.595\$370	959\$537
Kilos	3.910	Sernamby	7.383\$660	738\$566
Kilos	42	Sernamby de caucho	77\$700	7\$770
Kilos	47	Caucho	65\$800	6\$580
Hectolitros	487,50	Castanha	27.272\$470	3.272\$692
Hectolitros	84	Castanha de sapucaia	4.090\$000	490\$800
Kilos	144.590	Pirarucú	165.705\$200	16.570\$520
Kilos	122.076	Cação	114.224\$780	5.711\$236
Kilos	2.141	Guaraná	19.349\$000	967\$450
Kilos	5.699	Oleo de copahyba	9.969\$300	996\$930
Kilos	2.964	Cumarú	4.536\$400	453\$640
Grammas	2.450	Plumas de Garça	2.450\$000	245\$000
Kilos	290	Grude de peixe	290\$000	29\$000
Kilos	65	Caferana	32\$500	3\$250
Kilos	1.232	Couros de veado	4.702\$400	705\$360
Kilos	10.146	Couros de boi	14.740\$500	2.211\$070
Kilos	2	Couros de lontra	8\$000	1\$200
Cabeças	115	Gado vaccum	----	590\$000
Cabeças	20	Gado de outra espécie	----	41\$000
Metros	21	Táboas de cedro	52\$500	5\$250
TOTAL				

Fonte: Meza de Rendas de Parintins (apud BITTENCOURT, 2001).

Tabela 5 – Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1921.

Unidade	Quantidade	Qualidade	Valores	
			Official	Imposto
Kilos	402	Sernamby	342\$900	34\$290
Hectol.	1.834	Castanha	79.397\$210	7.939\$921
Kilos	130.146	Pirarucú	113.367\$800	11.336\$780
Kilos	173.756	Cação	108.716\$860	5.435\$841
Kilos	300	Guaraná	2.700\$000	270\$000
Kilos	4.779,50	Couros	4.039\$100	403\$910
Kilos	4.159	Oleo de copahyba	6.421\$300	642\$130
Kilos	200	Muyrapuama	200\$000	20\$000
Kilos	400	Manacá	120\$000	12\$000
Kilos	200	Abutua	60\$000	6\$000
Kilos	4.499	Cumarú	3.149\$300	314\$930
Kilos	40	Salsa	80\$000	8\$000
Grammas	2.290	Plumas de garça	2.350\$000	235\$000
Cabeça	9	Gado vaccum em pé	---	85\$000
Cabeça	2	Gado de outra espécie	---	4\$000
TOTAL				26.747\$602

Fonte: Meza de Rendas de Parintins (apud BITTENCOURT, 2001).

Mas, a partir de então, a produção continuou a declinar por múltiplos fatores. Em curto prazo somaram-se os seguintes fatores num contexto geral: uma inversão na marcha dos preços do cacau; o quadro mundial adverso para produtos tropicais; o esforço de guerra do Pará na campanha da Guiana, associado à ocupação de Portugal por tropas francesas; os movimentos políticos locais, especialmente a Cabanagem. Em médio e longo prazo e em contexto específico, a falta de apoio governamental aos lavradores, que realizavam sozinhos suas atividades sem qualquer auxílio, as grandes enchentes (sobretudo dos anos de 1920 e 1921 e outras sucedidas), que danificaram potencialmente os cacauais, e a concorrência com a produção de cacau na Bahia (Ilhéus, Itabuna e Ipiaú) foram os fatores que geraram a decadência dessa atividade econômica em Parintins e na região amazônica (SANTOS, 1980).

Por sua extensão no tempo, dando mesmo origem ao povoamento de Parintins em fins do século XVIII e perdurando até o início do século XX, a atividade cacauera configura um ciclo econômico, iniciado com pequeno surto.

O ciclo da pecuária

A pecuária foi inserida em Parintins de meados para o fim do século XIX, a partir do surto da borracha na Amazônia, que atraiu grande massa de imigrantes nordestinos para a região, bem como a pecuária, para atender à demanda alimentar dos imigrantes nordestinos.

Vale registrar a importância histórica e as gradativas melhorias da pecuária em Parintins, como expressas nas palavras do Sr. Araldi Dinelli:

A vida daqui foi charqueada por um português chamado Benjamin Portal e Silva e chegaram a matar 200 bois por dia na Fazenda São José. Esse charque que vinha pro jabá, que era a alimentação básica do nordestino, que não estava acostumado a comer peixe como o nosso pessoal, alimentava-os de carne. E não tinha criação de animais lá, só caça. Então os coronéis, os donos dos seringais, eles preferiam comprar charque que vinha do Rio Grande do Sul pra cá pra abastecer os seringueiros. Nessa visão desse português Benjamin, seria muito mais em conta pra mandar pra lá do que vir do Rio Grande do Sul, principalmente naquela época que o transporte era quase que só o fluvial, e chegava até o porto de Santos e de lá vinha pra cá. E teve um grande desenvolvimento da pecuária.

Desde essa época, a pecuária, das atividades econômicas que Parintins desenvolveu, foi a única que permaneceu. Depois, claro, que as enchentes começaram a ser muito maiores e tiveram a necessidade de fazer o desmatamento das terras altas, das terras firmes, pra fazer a passagem na época das cheias, onde os rios cobrem as várzeas, das várzeas para as terras firmes. Porque usavam antes disso as marombas, que eram feitos aqueles cercados grandes, feito uma barragem, e colocavam as toras de paus e terra em cima. Mas a maioria dos rebanhos não cabiam naquelas áreas e os prejuízos eram muito grandes. Com o advento das pastagens artificiais, aí começou mais ou menos a se equilibrar. Como advento da Calha Amazônica, da expedição rural, nós, pois fazíamos parte da 1ª turma da Calha, começamos a introduzir as pastagens artificiais até mesmo porque houve um incentivo do governo federal e que é uma necessidade até hoje – já que o estado só produz 17% do que consome. A carne consumida no Estado do Amazonas é 83% vindo do Pará, do Acre e Rondônia; nós só produzimos aqui 17% do que o estado consome. E por isso que, apesar de todas as crises, da falta de assistência governamental, da falta de regularização fundiária, da falta de recursos dados, da falta de zoneamento, da falta, principalmente, de uma política agrícola que existe quase que em todo o Brasil e aqui quase nada, o que teve menos recursos. E em Parintins a pecuária ainda é a atividade econômica mais importante. E tornou-se uma atividade expressiva economicamente a partir da 1ª Guerra Mundial, com a produção do charqueado. A produção de carne pra consumo é apenas para o Estado do Amazonas. O município, 60% manda pra Manaus. Mas pra criatório.

Em meados do século XX a pecuária já contribuía consideravelmente para a economia local. É duvidoso conceituar a expansão da pecuária como um surto por manter-se ela ao longo de todos esses anos, ainda que com algumas oscilações. Nas figuras 2 e 3 pode-se perceber que não há uma linearidade crescente do rebanho de Parintins, tanto bovino quanto bubalino, mas sim um desenvolvimento contextual, passível de mudanças que se refletem em alguns momentos de grande ascensão, seguidos por momentos de crise ou estagnação. Tal processo revela o papel de garantia de um ganho mínimo que a pecuária tem tido historicamente e parece ainda prevalecer no município, ao lado da produção de carne para o abastecimento de Manaus.

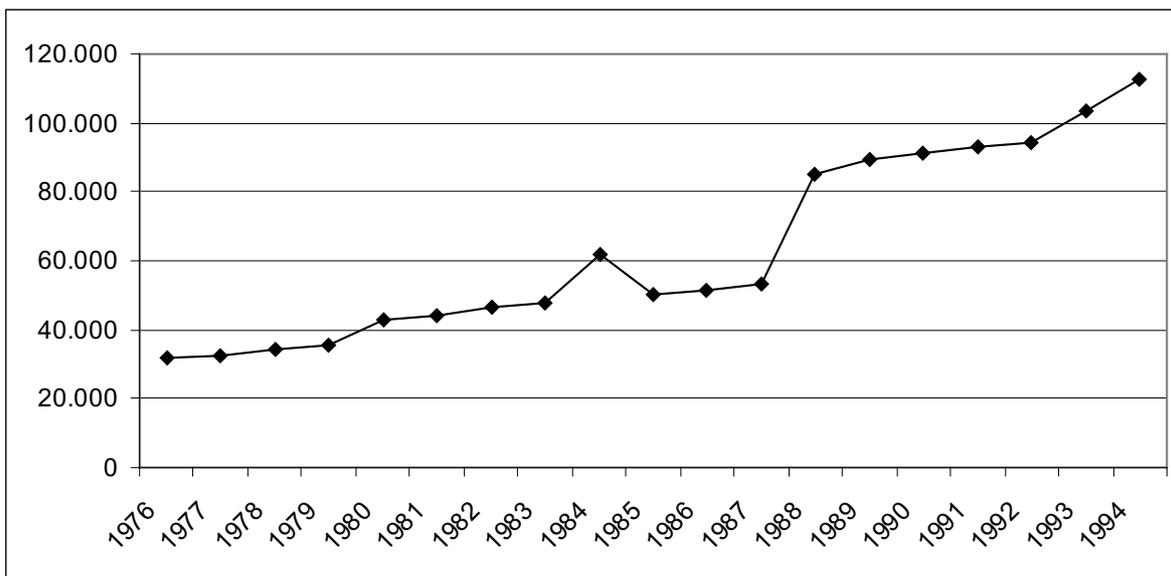


Figura 2 – Rebanho bovino de Parintins (1976-1994).
 Fonte: IBGE(1976-1994).

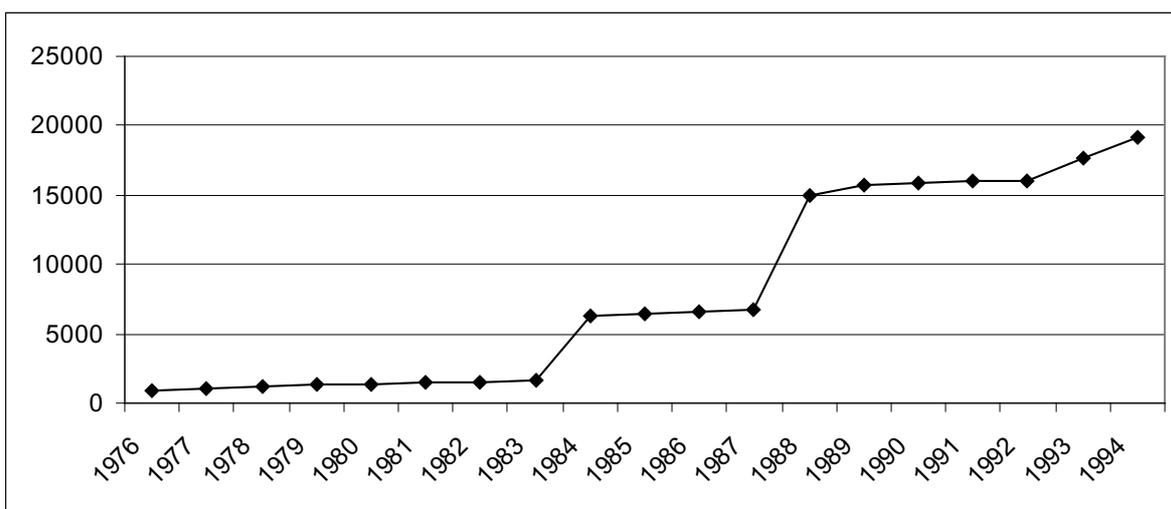


Figura 3 – Rebanho bubalino de Parintins (1976-1994).
 Fonte: IBGE (1976-1994).

A articulação da cadeia produtiva da pecuária tira partido de sua localização anfíbia. Caracteriza-se por utilizar as áreas de várzea (terras baixas) durante o verão amazônico, ou seja, de abril a novembro, e as áreas de terra firme (terras altas) nos períodos de cheia, durante o inverno amazônico, que se dá de dezembro a março. Segundo o Sr. Araldi Dinelli, funcionário da Secretaria de Produção e Abastecimento (SEPLAN), o período da safra coincide com o período da passagem, “pois os animais que estão lá do outro lado [na várzea], quando vão pra terra firme, os donos vendem logo. Pra não ter despesa de passar, eles vendem logo os que estão com um desenvolvimento rápido [...]”.

A cadeia produtiva é composta sobretudo pela cria (do nascimento até 7 ou 8 meses, sendo os animais apartados entre 10 e 12 meses, no período de sobreano), e em menor proporção recria (composta pelos animais de sobreano, de 8 a 12 meses, vai até 18

meses) e engorda (animais de 18 a 36 meses) e abate. Sua descrição é relatada na entrevista do Sr. Araldi Dinelli:

Nascem os bezerros, que não podem ser apartados em torno de um ano, logo uma pecuária mais evoluída em torno de 7 ou 8 meses de idade. Mas a gente aparta geralmente com 10 ou 12 meses, que a gente chama de sobreano. Essa é a fase da cria.

Na recria, os animais vão de 10 a 18 meses. Os animais são masculados e castrados, fazendo do boi um novilho para que seja feita a terminação para os fazendeiros. Nessa recria, mais de 50% dos animais são vendidos para outros estados, que são os viveiros apartados. A recria é realizada no estado do Pará, no sul do Amazonas, nos arredores de Manaus e talvez até na boca do Acre. Então a maior parte, mais de 50% desses animais saem do município; não ficam em Parintins por falta de infraestrutura das terras e também pela descapitalização dos produtores. Porque embora exista crédito, ele é de muito difícil acesso. Por uma falha que é do estado do Amazonas, a regularização fundiária é um problema. Se você não tem documentos, você não pode ter garantias pra absorver o crédito [que] tem disponível. E houve uma reação há um ano atrás, quando abriram as exportações para a China e outros lugares, e a pecuária deu uma melhorada. Tanto que nós chegamos a ser o maior produtor de carne do estado do Amazonas. Porque os pecuaristas aqui em Parintins eles realmente eram só pecuaristas, a maioria; não é como em outros estados, em que a pecuária no setor primário é uma caderneta de poupança sem fiscalização. Então em outros estados eles pegam os lucros que têm e investem na pecuária que é muito mais difícil de uma fiscalização, porque mesmo na crise o setor primário é onde você vende o produto. E o pequeno produtor tem a facilidade de que ele não precisa transportar nos ombros, usando carroça ou caminhão. É comboiada, ou seja o boi é tocado, diferente das outras coisas que você tem que produzir e ter transporte para vender, como a farinha, grão... O boi não, o boi só passa. Então essas facilidades todas fazem com que a pecuária ainda seja no setor primário a atividade que tem a maior visibilidade.

De 18 a 36 meses é a engorda. Depois que é o abate. Mas quando a cadeia está em crise, por descapitalização e falta de recursos, esses animais são vendidos. Então o pecuarista é obrigado a vender pra se manter. E quando a cadeia está normal, os animais machos, mantêm as despesas dos pecuaristas e as despesas da propriedade, os custeios são mantidos pelos bois. Quando está em crise, que baixa muito preço e o aumento dos insumos é muito maior que o aumento do produto da carne, o pecuarista tem que vender os bois e os animais de sobreano que estavam na fase de recria, pra complementar a renda. Continuando a crise, ele vende os bois, vende os animais de sobreano e mais os que estão na fase de recria. Continuando a crise ele vende todos esses animais e mais as vacas. Isso tem diminuído muito o rebanho e tem feito com que Parintins deixe de ser o primeiro no estado do Amazonas, ficando em terceiro lugar.

Em suma, trata-se de uma área de cria. Devido à dificuldade de crédito e de acesso à terra, e à descapitalização dos produtores, os pecuaristas de Parintins não conseguem

competir com os pecuaristas e as invernadas do Pará e do sul do Amazonas. O abate total de fêmeas aproximado do abate total de machos (Figura 4) é indicativo de um rebanho de cria e talvez também de uma crise no ramo pecuário parintinense.

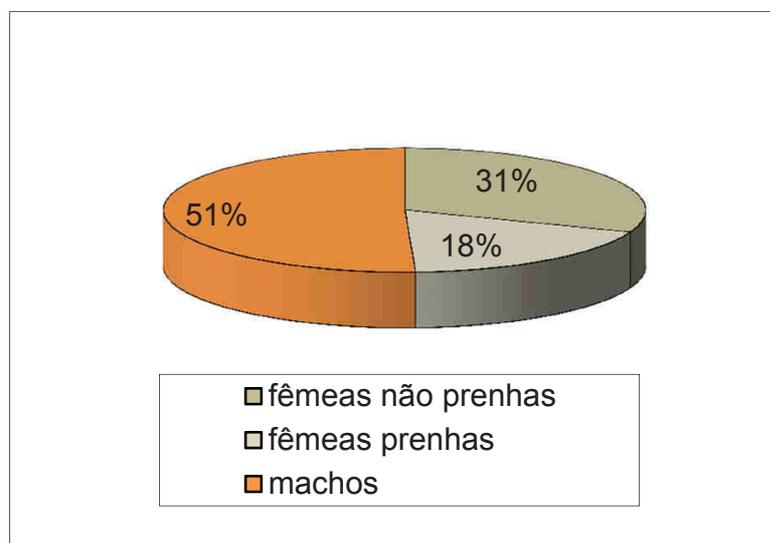


Figura 4 – Animais abatidos no Matadouro Frigorífico Ozório Melo de Parintins em 2006 (%).

Fonte: Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento de Parintins, 2006.

Ademais, a pecuária não perdeu importância na atualidade. Compreendendo a criação principalmente de bovinos, bubalinos e suínos, a produção de carne e leite destina-se tanto ao consumo local quanto à exportação para municípios vizinhos, notadamente Manaus. Enfim, a pecuária é, ainda, a atividade de maior peso no município de Parintins, sendo responsável por 75% da produção no setor primário (TEIXEIRA NETO, 2005, p.18).

O Surto da Juta e a Valorização da Várzea

No final da década de 1920, produtores rurais japoneses foram incentivados pelo governo de seu país a emigrar para possessões de além-mar, com a finalidade de aliviar a zona rural da superpopulação e obter importação de alimentos para as ilhas centrais do Japão (HOMMA, 2007). Políticas de incentivo do governo brasileiro para ocupar a Amazônia associadas a interesses do Japão promoveram a imigração japonesa para diversas áreas da região, inclusive Parintins.

Concedida uma extensão de terras devolutas com 1 milhão de hectares, a juta foi escolhida por ser na época um produto de grande importância nas relações comerciais em todo o mundo. Seu plantio inicialmente não obteve sucesso em Parintins, pois as sementes para adaptação já chegavam bastante deterioradas. Em 1920, uma primeira tentativa de aclimação de sementes de juta enviadas da Índia foi feita em São Paulo, mas igualmente sem sucesso.

Com a implantação do Instituto de Estudos Agrícolas para a mão de obra japonesa, outros imigrantes chegaram do Japão, começaram a trabalhar e a construir a Vila Amazônia (Figura 5) dentro do município, formando um povoado. Kasuma Oyama, um dos

koutakosseis chegados em 1934, adaptou a fibra indiana e, depois de bastante trabalho, obteve sucesso por meio de duas árvores, que foram o embrião dos grandes jutais nas várzeas da Amazônia e de Parintins.

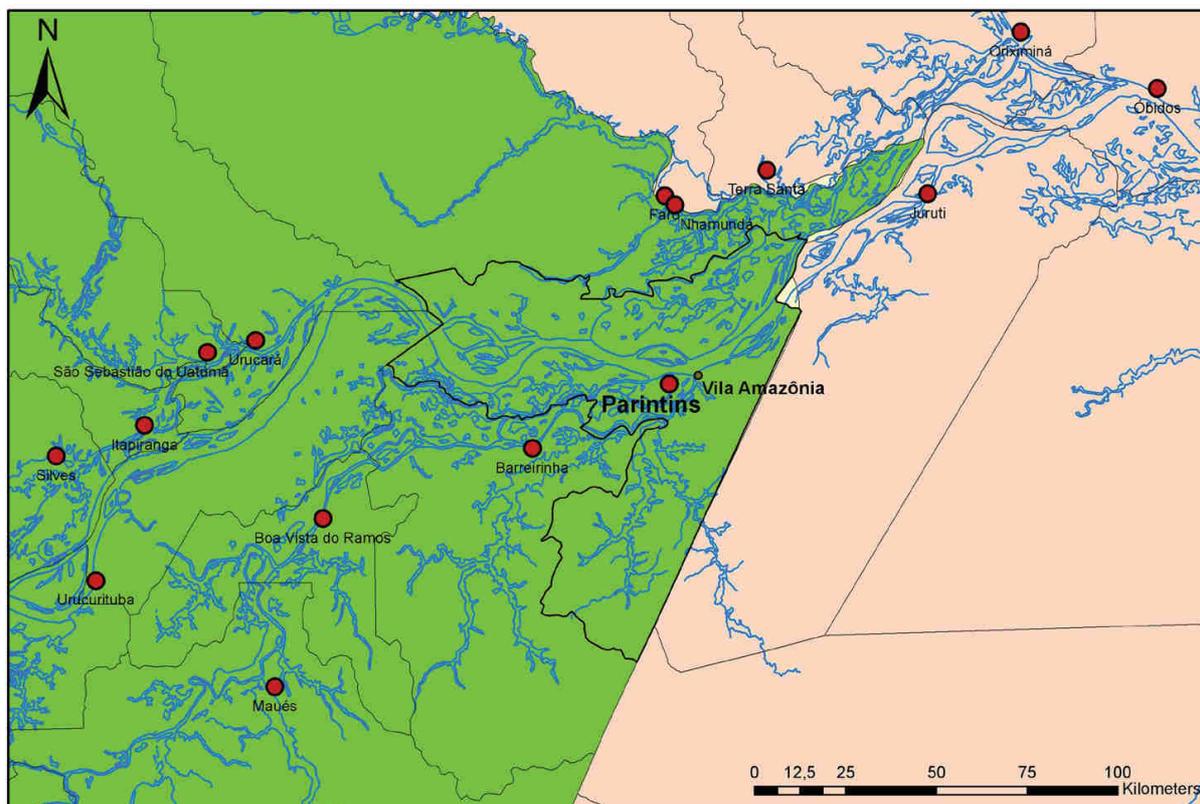


Figura 5 – Localização do município e da cidade de Parintins e da gleba de Vila Amazônia.

Elaboração cartográfica: Amanda Cavaliere Lima e Luis Paulo Batista (2008).

Ainda que fosse uma planta exótica e de processos produtivos desconhecidos para a população regional, os preços favoráveis e a existência de um mercado interessado em juta foram os condicionantes para sua rápida expansão, favorecida pelo vácuo da economia do extrativismo da seringueira. Aproveitando-se do excedente de mão de obra liberada dos seringais e do sistema de aviação já estruturado – o qual só veio a se extinguir na década de 1960, com a democratização do crédito rural introduzido pelo serviço de extensão rural (JUNQUEIRA, 1972, apud HOMMA, 2007) –, o surto econômico promovido pela juta permitiu a primeira articulação econômica entre o Norte e o Sul do Brasil e os primórdios da implantação da agroindústria na Amazônia (HOMMA, 2007).

A juta é uma das fibras de origem vegetal mais conhecida, depois do algodão, e largamente utilizada pelas indústrias, sobretudo para material de recipiente e embalagens, como sacos de juta – os quais eram a maior demanda do mercado interno de sacaria à época, para a armazenagem, sobretudo, de café, cacau, algodão, batata e pimenta – e panos de aniagem. Constitui uma atividade de pequeno ciclo, largo rendimento e rápida rotação e fundamenta-se na pequena e média propriedade familiar – contrapondo-se às propriedades de seringais, que se concentravam em poucas mãos –, estabelecendo

estreitas vinculações de interesse, contato e intercâmbio com os centros urbanos de seus próprios municípios de origem (DEMPSEY, 1965).

Podem ser identificados dois momentos de expressividade da juta enquanto atividade econômica em Parintins: o primeiro foi o dos japoneses, e o segundo, o da firma de J.G. Araújo.

O plantio da juta em Parintins começou em 1939. Essa lavoura permitiu a efetiva ocupação das várzeas, até então abandonadas, ao longo das margens e dos afluentes paralelos, e o desenvolvimento dessa nova atividade produtiva foi acompanhado inclusive pela formação de estruturas de comercialização por uma demanda local. Além disso, ela proporcionou o crescimento populacional e a movimentação de pessoas em diversos trabalhos, à medida que diversas turmas de *koutakusseis* chegaram a Parintins com a intenção de trabalhar na Vila Amazônia e que houve demanda de trabalhadores.

O processo produtivo da juta é complexo (REZENDE, 1992). O roçado constituía-se de um trabalho manual de eliminação de cipós, arbustos e árvores de pequeno porte a fim de facilitar as etapas posteriores. Depois se cortam e se desdobram as árvores de maior porte, geralmente feitos com machado e terçado, para que o material seque e seja queimado, cujos resíduos serão amontoados sob a forma de “coivaras” e novamente queimados. A partir daí é que começa o plantio, com distribuição de semente com enxada ou máquina manual, conhecida como “tico-tico” (esta segunda forma é a predominante em Parintins). São realizadas capinas e desbastes (ou “desfilhamentos”) para que se possa proceder ao corte ou à colheita. O beneficiamento era constituído das seguintes etapas: 1) transporte do material cortado e enfeixado, realizado nas costas ou em canoas quando o terreno está todo alagado; 2) afogamento dos feixes nas águas dos rios, lagos ou igarapés mais próximos a fim de sofrerem o processo de maceração biológica, em que gases são formado nas hastes; 3) desfibragem dos caules macerados com as mãos, visando retirar as partículas e resinas que ficaram aderidas nas hastes; 4) transporte da fibra, amarrada em forma de “molhos” ou “cabeças”, para o varal, realizado em canoas ou no braço; 5) secagem da fibra estendida no varal, geralmente realizada próximo ao local de plantio; 6) transporte da fibra para o local de enfardamento, constituindo-se, geralmente, no barracão que armazena o produto; 7) enfardamento, que consiste na reunião das fibras secas em “fardos” (cada fardo pesa aproximadamente 70 kg), que são a forma final na qual o produto é vendido pelo produtor para intermediários ou diretamente para as prensas.

O sistema de atividade jutícola, contudo, não diferiu muito daquele da borracha, constituindo-se de: o produtor, o aviador – intermediário entre o primeiro e o exportador, obtendo lucros altos com a comercialização de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade ao produtor e com a venda do produto ao exportador – o regatão – realizando o comércio de trocas de mantimentos por produtos em suas embarcações na beira dos rios – e o exportador.

As condições de trabalho eram péssimas. Submetidos à água fria por longos períodos de tempo, os trabalhadores expunham-se também ao risco de ataque por animais encontrados nos rios e ficavam vulneráveis a muitas doenças.

Na cadeia da juta podem-se identificar as seguintes unidades econômicas expressas na figura 6: a unidade produtora; o intermediário; a unidade prensadora; a unidade industrial.

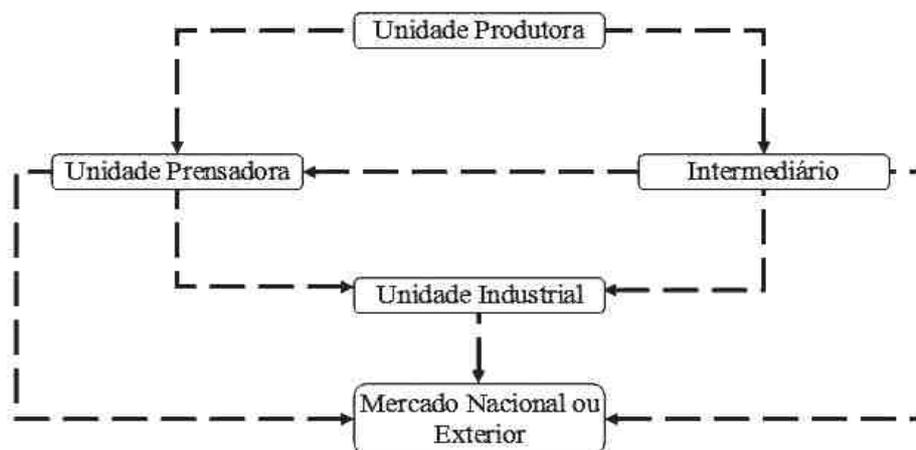


Figura 6 – Unidades de produção na juta.

Fonte: Cursino (1993).

Apesar de a maior parte da produção ser exportada para os mercados nacionais e internacionais, as unidades prensadoras, após o serviço de classificação e prensagem, vendiam parte para a indústria local, que efetuava o beneficiamento.

Do município de Parintins a juta estendeu-se ao Baixo Amazonas, alcançando os municípios de Santarém, Alenquer, Óbidos e Oriximiná, para em seguida subir a calha central, abrangendo os municípios de Barreirinha, Urucuritiba, Urucará, Maués, Itacoatiara, Careiro, Manaus e Manacapuru (DEMPSEY, 1965). De Manaus partiam para os lugares baixos do Amazonas, especificamente três seções do lado sul do grande rio entre Manaus e a fronteira do estado do Pará. Foi realizado um estudo sobre clima, condições sanitárias, natureza do solo e produtos adequados dessas áreas e a demarcação de todas as terras.

Uetsuka (1954, p.2) efetuou a compra de um lote de terra em Parintins:

Tão logo terminei de demarcar 1 milhão de hectares de terra comprei um lote de terra chamado Vila Batista no encontro das águas do Paraná do Ramos com o rio Amazonas a duas milhas da baixa corrente de água da cidade de Parintins.

Pensei que este lugar que chamei depois de “Vila Amazônia” é muito importante porquanto este é o ponto donde os tributários de Uaicurapá, Andirá, Maués, Mamuru, Canuma, Uraria, Abacaxi se unem para tornar-se o Paraná do Ramos que despeja no grande Amazonas.

Em data de 21 de outubro de 1930, organizei o “Instituto Amazônia” na Vila Amazônia, e fundei uma estação experimental de agricultura, um escritório de meteorologia, um hospital, a escola de agronomia-industrial, [além de uma serraria, de uma olaria e da realização da plantação de borracha]. Todos os membros da turma de investigação começaram a trabalhar a partir daquele dia.

Vê-se, portanto, que a escolha da até então chamada Vila Batista em Parintins para a implantação da colonização japonesa e de suas atividades econômicas decorreu de sua posição geográfica estratégica frente à circulação.

Esse surto proporcionou a construção da Vila Amazônia, dando dinamismo ao antigo terreno de uma viúva, numa área escolhida estrategicamente para viabilizar o escoamento da produção para Manaus e Belém. Ali os japoneses viviam e trabalhavam, e também beneficiavam a população regional, sobretudo em termos de atendimento médico. Na verdade, a Vila Amazônia tornou-se um núcleo bem mais equipado do que a própria Parintins.

Por outro lado, todos os nossos negócios na Vila Amazônica melhoraram. Vila Amazônica tornou-se um quarteirão ativo na vizinhança de Parintins. Foram construídos edifícios tais como a Igreja, escola pública, casa de estar, central de Polícia e coletoria.

Depósito de prensagem e embalagem e bem assim também um armazém. Serrarias foram instaladas. As plantações de borracha foram prolongadas numa área de 1.000 hectares e a castanha plantada em uma extensão de 140 acres (aproximadamente 57 hectares), esperando produzir frutas enquanto no rancho existiam mil cabeças de gado. (Uetsuka, 1954)

Além dos grandes lucros, esse contato gerou melhoria e aumento da qualidade dos produtos por meio de técnicas aprendidas para a horticultura, contribuição cultural e uma herança de profissionais de diversas áreas do conhecimento.

No período de grande valorização da juta, outras atividades econômicas eram realizadas, como a produção de mel de cana para o comércio local em Parintins e a fabricação de tijolo em olaria para exportação. Plantava-se milho e melancia, criava-se carneiro, havia lojas funcionando em um comércio local. Também se fazia lenha para os navios que não eram ainda motorizados.

Os anos de 1933 e 1934 marcaram os recordes da imigração japonesa no Brasil (HOMMA, 2007). Porém, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Brasil cortou relações diplomáticas com o Japão e os imigrantes aqui encontrados foram expulsos das terras brasileiras, permanecendo apenas os que juraram bandeira, fato que teve impacto direto no declínio da população de Parintins. A Vila Amazônia foi abandonada com o tempo, embora tenha se constituído no núcleo do empreendimento japonês no Brasil (ibidem).

A guerra, apesar de ter levado à completa estagnação do fluxo migratório, trouxe benefícios para a consolidação da jicultura ao obrigar a utilização da fibra nacional (JUNQUEIRA, 1972, apud HOMMA, 2007).

Fundada em 1877 na Amazônia, a firma comercial J.G. Araújo entrou no cenário da Vila Amazônia quando a maioria dos imigrantes japoneses já havia saído por ocasião da expulsão. Em 1946, J.G. arrematou em leilão a Companhia Industrial Amazonense, desapropriada desde 1942 dos empresários japoneses pelo governo brasileiro. Essa firma dominava tanto a produção de juta quanto a extração de pau-rosa e outras atividades realizadas na Vila Amazônia, inclusive a criação de gado para exportação (OLIVEIRA, 2008).

Mas a atenção dada ao avanço da pecuária nas décadas seguintes fez com que a produção de sementes de juta e sua própria lucratividade ficassem em segundo plano. Além disso, a própria crise no setor de produção de fibras reduziu a demanda por sementes (HOMMA, 2007).

Houve, portanto, uma política de substituição de importações, pois antes a juta era importada da Índia em troca do ouro brasileiro. Infelizmente, esse processo foi abortado por injunções políticas, e não se sabe se relações de trabalho tão perversas teriam permitido o desenvolvimento do processo.

É válido ressaltar que o declínio dessa atividade econômica gerou intenso êxodo rural em busca de novas perspectivas na cidade, acentuando o processo de urbanização de Parintins (CURSINO, 1993), conforme pode ser observado no quadro relativo à população do município de Parintins (Figura 7).

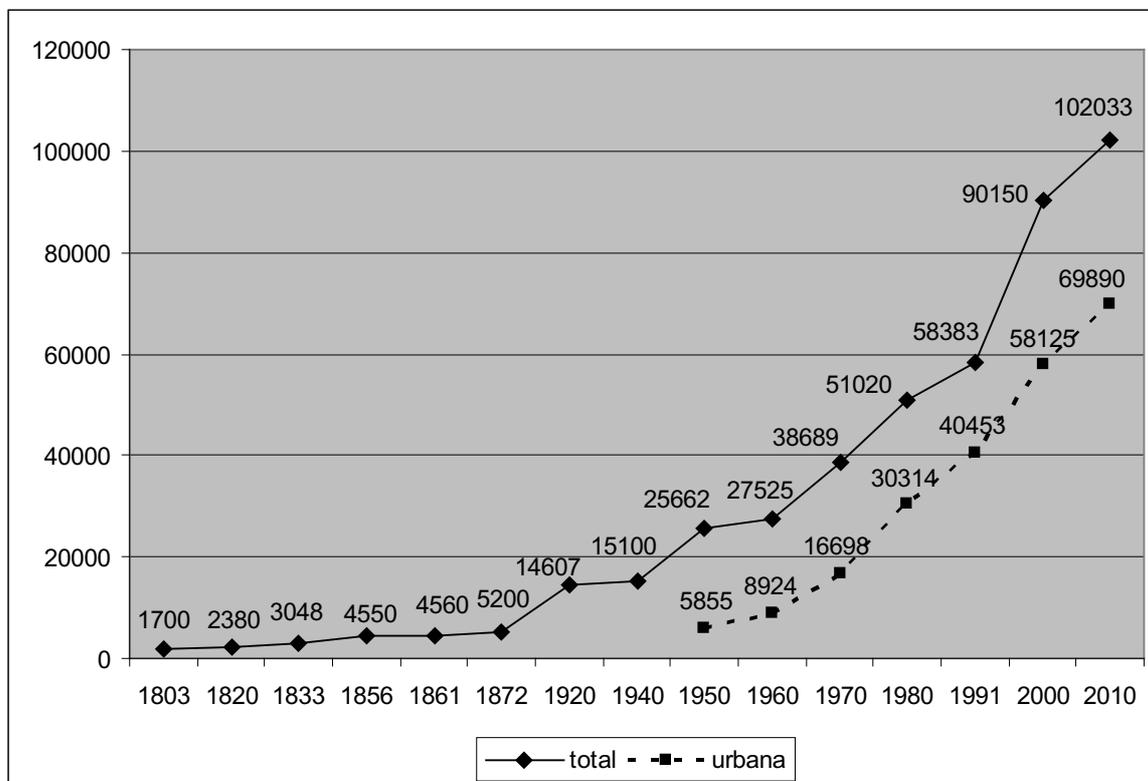


Figura 7 – População de Parintins (1803-2010).
Fontes: Bittencourt (2001) e IBGE (1920-2010)

O Breve Surto do Pau-rosa na Terra Firme

A produção extrativa vegetal de Parintins teve no pau-rosa um outro surto econômico, atingindo altos valores de produção. Partiu de uma demanda externa, sobretudo europeia, para a indústria de perfumes. O alvo era, portanto, a essência, obtida por meio de um processo de transformação da madeira do pau-rosa (*Aniba rosaeodora ducke*), gerando o linalol, um dos melhores fixadores de perfume existentes.

A indústria de óleo essencial da madeira pau-rosa iniciou suas atividades em 1930 e tornou-se o carro-chefe da economia por serem muito valiosos o óleo e a essência que dela se extraíam. O senhor José Miranda, morador da Beira-Rio, também conhecida como “Laje”, na gleba Vila Amazônia, e que trabalhou dezoito anos na firma de J.G. Araújo, afirmou que cada tambor gerava 4 milhões em moeda corrente da época e que o comprador de pau-rosa pagava com dinheiro no ato. A exportação destinava-se à Europa. De início, o óleo essencial era usado para fazer perfume e sabonete, mas devido ao seu preço elevado, passou a ser utilizado apenas para perfume, segundo Renato Rossy, de família com tradição no pau-rosa.

As árvores de pau-rosa são encontradas apenas nas matas virgens das terras firmes, bastante espaçadas umas das outras e em locais de difícil acesso, longe dos principais rios usados para a navegação. Por essa razão, no processo da cadeia extrativista, o primeiro trabalho era dos exploradores, que partiam em expedições para as matas à procura das árvores a serem abatidas. Encontradas, eles realizavam a demarcação da área com a abertura de ramais, para facilitar o posterior trabalho dos homens encarregados do abate e transporte da madeira. A seguir relatavam ao chefe do trabalho a tarefa feita, informando onde e quantas árvores haviam encontrado e transferindo ao chefe, a partir da então, o encargo dos procedimentos seguintes (TRINDADE, 2004).

De acordo com a senhora Nair Pereira, que morava ao lado de uma usina de pau-rosa no paraná do Ramos, depois de cortadas as toras da árvore do pau-rosa, elas eram levadas nas costas dos mateiros transportadores até a beira de rio mais próxima, e da transportadas por barco até a usina. Na usina efetuava-se o processo produtivo do linalol, com o beneficiamento do pau-rosa. As toras da madeira são trituradas em cavacos, pedaços pequenos e finos de madeira. No processo de destilação do pau-rosa, um cacho grande de cavacos é colocado dentro de um alambique, onde uma máquina joga água quente. No condensador, quando há uma separação da essência e da água do vapor, sai o incenso com o líquido, e a água residual  jogada fora. Então, “daquela madeira aparentemente tão seca, que de longe dava pra sentir o cheiro por ela exalado, retirava-se aquele óleo de alta qualidade e valor econômico”. É interessante ressaltar que, conforme assinalou Renato Rossy, o próprio resíduo da madeira era utilizado para fazer lenha para a fogueira acesa, destinada à destilação.

Havia, portanto, uma divisão do trabalho muito nítida, sem, contudo, ser hierárquica. Cada um cuidava de uma etapa e havia grande emprego de mão de obra, gerando atração demográfica. Segundo Dona Nair Pereira, “teve gente que veio até da Bahia, de Fortaleza, do Paraná trabalhar na usina na época do paraná do Ramos”. Já para seu José Miranda e Dona Trcia Rossy, as pessoas “vinham de Juruti, de Parintins e tudo das redondezas chegava gente”, “até mesmo do interior próximo”. Ao que tudo indica, a migração foi tanto interna quanto externa ao município de Parintins, alcançando trabalhadores não somente da região amazônica, como também do Nordeste.

Segundo o senhor José Miranda, que trabalhou durante dezoito anos na firma J.G. Araújo, a cadeia extrativista realizava-se nas terras altas do Andirá, do Uaicurap, do Nhamundá e “l de cima de Manaus”. Nessa cadeia extrativista, os trabalhadores eram expostos a riscos (como, por exemplo, picadas de cobra, contração de malária) devido à necessidade de entrarem no meio da floresta para a extração e às próprias condições de trabalho.

Uma fala do senhor Pedro Braga esclarece como se realizava a articulação espacial da cadeia produtiva:

O pessoal trabalhava no centro, nas matas pra tirar o pau-rosa. O pessoal carregava um tanto nos lombos. s vezes eram quatro, cinco viagens por dia da onde estava o pau-rosa pra botar pra beira. E eles vigiavam tudinho na beira. Aí pegava l e trazia pra cá. Daqui, o pessoal carregava pra terra, da eles vinham, empilhavam tudinho, pesavam e vinham pra partir o pau-rosa [já na usina].

A usina era deslocada para perto do local de extração, conforme narra dona Nair Pereira:

É assim, eles chegam aqui nesse local aí tem a madeira, aí eles colocam uma usina e vão trabalhar. Terminou, eles têm que colocar em outro local. Vamos supor, tem uma mata aqui. Aí eles chegam aqui e conseguem aquela madeira, aí eles colocam uma usina e vão trabalhar. Terminou daqui, já não tem mais, aí eles vão lá pro Mamuru, vão lá pra outro lugar... Aí eles vão com a usina deles. [...] O pau-rosa é uma madeira que, aonde [sic] tira, não nasce mais.

O óleo essencial do pau-rosa era armazenado em tambores grandes, cada um com um alto valor econômico no mercado. O óleo passava pelos escritórios e armazéns na cidade, onde era filtrado, limpo, colocado em tambores de 200 quilos e exportado para Belém, dali seguindo para o estrangeiro.

O período de auge do pau-rosa foi marcado por uma política do Governo Federal de incentivo à exportação para trazer divisas ao país e tirá-lo da crise. Houve até mesmo financiamento por parte do Banco do Brasil (naquele tempo não existia o Banco do Amazonas) para a produção de pau-rosa, devido a uma “superprodução do pau-rosa”. Frente à grande extração e beneficiamento sem mercado para a compra devido ao seu alto valor, que o mercado se recusou a pagar, o governo brasileiro passou a incentivar a exportação dos estoques de pau-rosa, e até mesmo o seu financiamento.

Dois principais fatores responderam pelo declínio do curto surto do pau-rosa. Na década de 1960, algumas usinas voltaram a funcionar, mas frente à descoberta da produção química do linalol, servindo como fixador de perfumes, as árvores de pau-rosa perderam importância. A procura por sua extração ficou cada vez mais escassa, sua produção diminuindo consideravelmente.

O outro fator refere-se às práticas extrativas. O corte era predatório, e nada, a não ser as folhas, era desperdiçado, devido à escassez da madeira. Conforme o senhor Pedro Braga, “eles levavam aqueles troncos de pau-rosa grandes mesmo, tiravam a raiz todinha lá do fundo, e os galhozinhos finos (que até vinham com folhas, mas essas não eram usadas) eram levados pro triturador”. Devido a essa prática, a árvore do pau-rosa foi praticamente extinta rapidamente. Nos dias atuais estabeleceram-se exigências muito rígidas para sua extração, tais como a necessidade de haver documentação sobre a terra que se deseja explorar, com a descrição de todos os tipos de espécies nela existentes, e a elaboração de um plano de manejo detalhado.

Novas Demandas para Parintins

Uma nova frente econômica desponta em Parintins, o turismo, que bem poderia gerar outro surto econômico. Desta feita um surto urbano e baseado na cultura local. A cidade guarda valores de sua tradição folclórica que a transformaram em um núcleo artístico popular e geraram até uma diferenciação do seu espaço numa forma de bipolarização entre os adeptos do boi vermelho (Boi Garantido), de um lado, e do azul (Boi Caprichoso), do outro. Sua festa anual, o Festival Folclórico de Parintins, iniciado em 1966, é a principal responsável pela atração turística que a cidade desperta em todo o mundo. Mas, ainda, o turismo arqueológico para a Serra da Valéria e o turismo em outras épocas do ano em geral associado a festividades – como o Carna Ilha, as Pastorinhas etc.

Além de atender a certas demandas locais com a implantação de infraestrutura, o turismo também projetou Parintins, dando à cidade uma nova posição no contexto estadual,

regional, nacional e internacional. Segundo Nogueira e Tavares (2004), o Festival influenciou muito a transformação do espaço urbano da cidade e a mudança do cotidiano da população local, que no período da festa sente-se “excluída” dentro de seu próprio lugar.

Se o turismo vem dinamizando a cidade, o mesmo não ocorre no seu entorno. Uma proposta de planejamento participativo para o desenvolvimento do município de Parintins constata que esse município continua com uma economia enfraquecida, e após uma análise aprofundada da zona rural, chega à conclusão de que ele sofre com a falta de infraestrutura social nas pequenas comunidades, onde saneamento, saúde e educação são precários. Com relação às atividades, a análise ressalta que (PINHEIROS, 2008):

- a pecuária cresceu bastante na região, porém não gera muitos empregos;
- a agricultura e a pesca suprem as necessidades da população, mas recebem pouca assistência financeira e permanecem empregando técnicas rudimentares;
- o extrativismo vegetal tem uma participação pequena na economia.

Considerações Finais

O ciclo do cacau e os surtos históricos da juta e do pau-rosa promoveram o crescimento demográfico de Parintins. Avanços e retrocessos das atividades em alguns momentos dinamizaram a economia local por demandas na maioria das vezes de interesse extrínseco às lógicas regionais, mas estabelecendo fluxos e relações entre o campo e a cidade. A cidade se expandia como o lugar do município que concentra o poder de deliberação para as negociações realizadas, incluindo decisões de incentivo, fiscalização e comercialização do que era produzido no campo. Por outro lado, o declínio da atividade trouxe sempre crescimento de outro tipo para a cidade, a imigração de mão de obra expulsa do campo.

Para atender a tais demandas, novas formas de trabalho humano foram induzidas, introduzindo mão de obra de diferentes origens: indígena e negra, no cacau; japonesa, no caso da juta; e regional, no caso do pau-rosa. Mas a presença dessas novas formas não constituiu uma mudança na divisão social do trabalho, pois que os trabalhadores foram submetidos sempre às condições subumanas de trabalho. Por essa razão é que nem mesmo a jicultura, com sua nascente indústria, poderia ter promovido o desenvolvimento de Parintins.

Agradecimento

Pesquisa desenvolvida junto ao Projeto Universal “Amazônia: por uma Fronteira Urbanizada” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico– CNPq coordenado pela Prof. Dra. Bertha Koiffmann Becker no Laboratório de Gestão do Território - LAGET - da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

BECKER, B. K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, T.; VIANNA, S.; MACAMBIRA, J. *50 anos de formação econômica*

do Brasil – ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p.201-28.

CURSINO, A. M. M. *A juta como riqueza econômica do município de Parintins*. Monografia apresentada à Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 1993.

DEMPSEY, J. M. *Juta*. Manaus: CODEAMA, 1965.

FURTADO, C. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

HOMMA, A. K. O. *A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; 2007.

IBGE. Censo Demográfico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1920-2010.

_____. *Produção Pecuária Municipal do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1976-1994.

ONO, R. G. S. *Breves questões sobre a pecuária parintinense*. Monografia apresentada na Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 1996.

PEREIRA, N. de O. M.; OLIVEIRA, L. A. P. *Trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil: Censo Demográfico 1920/2000*. In: *Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

PINHEIRO, W. M. *Políticas públicas: o planejamento municipal como base para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Manaus: Editora Valer; Uninorte, 2008.

REZENDE, E. C. *A indústria têxtil da juta*. Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Análise da Faculdade de Estudos Sociais da UFAM, 1992.

SANTOS, R. A. O. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAUNIER, T. *Parintins: memória dos acontecimentos históricos*. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas, 2003.

TEIXEIRA NETO, L. L. *A criação de búfalos no município de Parintins*. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Econômicas no Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas - CIESA. Manaus: CIESA, 2005.

UETSUKA, T. *História da plantação da juta e imigração japonesa no Vale do Amazonas*. Tóquio, 1954 (mimeo.).

Recebido em: 1/11/2012 Aceito em: 30/4/2013

